

CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal

Not^a Técnica Conjunta
n.º 03/2009

Proposta Orçamentária para 2010 da Área Temática X – Previdência, Assistência e Trabalho

André Miranda Burello
Elisangela Moreira da Silva Batista
Túlio Cambraia

Setembro/2009

Endereços na Internet: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/> e <http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/>

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – PROGRAMAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	4
2.1 –MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA	4
2.1.1 –MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA –MPS	5
2.1.2 – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	5
2.1.3 – FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - FRGPS	5
2.1.4 – EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DATAPREV	6
2.2 –MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	6
2.2.1 –MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO ADMINISTRAÇÃO DIRETA – MTE.....	7
2.2.2 – FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – FUNDACENTRO.....	8
2.2.3 – FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT	8
2.3 –MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	10
2.3.1 –MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME ADMINISTRAÇÃO DIRETA – MDS	11
2.3.2 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	12
3 – SALÁRIO MÍNIMO	14
4 – EMENDAS.....	15

1 – INTRODUÇÃO

A Área Temática X, prevista no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, compreende a programação dos Órgãos Ministério da Previdência Social - MPS, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, incluindo seus órgãos, entidades e fundos.

O projeto de lei orçamentária para 2010 propõe despesas da ordem de R\$ 339,2 bilhões para esses órgãos, abrangendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de Investimento, sendo R\$ 254 bilhões para o MPS, R\$ 46,4 bilhões para o MTE e R\$ 38,7 bilhões para o MDS. As dotações previstas para os órgãos em análise representam 27,3% do total de dotações dos orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento do PLOA 2010¹.

Para o conjunto dos órgãos da Área Temática, a Proposta Orçamentária para 2010 apresenta acréscimo de cerca de 7,3%, em comparação com a Proposta para 2009, e de aproximadamente 7,2% em relação ao autorizado para o exercício de 2009.

ORÇAMENTO DA ÁREA TEMÁTICA X TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR ÓRGÃO 2009 a 2010

Órgão	PL 2009	Autorizado 2009	PL 2010	Variação			
				PL 2010-PL 2009		PL 2010-Autorizado 2009	
				%	R\$	%	R\$
1. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	316.063,5	316.344,8	339.147,1	7,3%	23.083,60	7,2%	22.802,22
33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	240.069,3	239.919,5	254.001,4	5,8%	13.932,05	5,9%	14.081,91
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	42.871,3	43.463,3	46.424,4	8,3%	3.553,09	6,8%	2.961,16
55000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	33.122,8	32.962,1	38.721,3	16,9%	5.598,46	17,5%	5.759,15
2. Orçamento de Investimento	60,0	60,0	80,0	33,3%	20,00	33,3%	20,00
33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (Dataprev)	60,0	60,0	80,0	33,3%	20,00	33,3%	20,00
3. Total (1+2)	316.123,5	316.404,8	339.227,1	7,3%	23.103,60	7,2%	22.822,22

PL: Projeto de Lei

Fonte: SIAFI / PRODASEN E PLOA 2010/SigaBrasil

A expressiva magnitude das dotações da Área Temática deve-se, em larga medida, a despesas primárias de caráter obrigatório, que atingem cerca de R\$ 320,2 bilhões (94,4%), cuja natureza impede cancelamentos ou

¹ No cálculo do orçamento total, excluímos os valores relativos ao refinanciamento da dívida, na ordem de R\$ 589 bilhões. Logo o orçamento total, excluído o refinanciamento, é de R\$ 1.243,9 bilhão.

remanejamentos. São exemplos: pagamento de benefícios previdenciários e sentenças judiciais respectivas, no valor R\$ 243,2 bilhões; pagamento de benefícios de prestação continuada e renda mensal vitalícia, a idosos e deficientes carentes, no valor de R\$ 22,0 bilhões; pagamento do seguro-desemprego e abono salarial, no valor de R\$ 28,7 bilhões, e despesas com pessoal e encargos sociais, no valor de R\$ 10,6 bi .

Outra programação que possui dotação significativa, no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, é a transferência do PIS/PASEP ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, de natureza financeira, no valor de R\$ 12 bilhões.

2 – PROGRAMAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Analisaremos a seguir a programação das unidades orçamentárias afetas aos órgãos citados.

2.1 –MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA

As despesas totais do Ministério da Previdência Social constantes no PLOA 2010 alcançam a soma de R\$ 254,0 bilhões o que representa aumento de 5,80% em relação ao PLOA 2009. A unidade orçamentária Fundo do Regime Geral de Previdência Social responde por mais de 95% do total das dotações, constando desta unidade orçamentária, unicamente, as despesas com pagamento de benefícios previdenciários e sentenças judiciais.

Cabe esclarecer que as despesas do programa “Arrecadação de Receitas Previdenciárias”, que, no Orçamento de 2007, foram incluídas no Ministério da Previdência Social, no PLOA 2008 passaram para o órgão Ministério da Fazenda, em razão da criação da Secretaria da Receita do Brasil, que unificou a Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária. Dessa forma, para efeitos de comparação as referidas despesas de 2007 foram excluídas das despesas do Ministério da Previdência.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 2007 A 2010

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Executado 2007	Executado 2008	PLOA 2009	Autorizado 2009	PLOA 2010	Variação (%)		
						PLOA 2010/2007	PLOA 2010/2008	PLOA 2010/2009
33101 MPS	250,53	259,17	317,15	286,43	341,15	36,17	31,63	7,57
33201 INSS	8.867,06	9.349,96	11.109,42	10.990,28	10.413,82	17,44	11,38	(6,26)
33904 FRGPS	183.075,83	201.423,73	228.642,76	228.642,76	243.246,41	32,87	20,76	6,39
Total	192.193,43	211.032,86	240.069,33	239.919,48	254.001,38	32,16	20,36	5,80

Fonte: SIAFI e PL nº 46/2009-CN.

2.1.1 -MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA – MPS

No âmbito no Ministério da Previdência Social, o Programa Previdência Social Básica apresentou a maior elevação de despesas em comparação com o autorizado no orçamento corrente. A única ação vinculada a esse programa, denominada Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social, prevê dotação da ordem de R\$ 24,6 milhões para o ano de 2010, que representa mais de 69,3% de aumento em relação ao exercício de 2009. Vale ressaltar que essa importância era a mesma indicada no projeto encaminhado para o ano de 2009. Porém, emenda do Relator-Geral reduziu a dotação para R\$ 14,5 milhões.

2.1.2 – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Entre as rubricas sob responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social, observa-se grande aumento de despesa nos Programas Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União 126,16%, Previdência Social Básica (114,76%), Previdência de Inativos e Pensionista (93,37%) e Apoio Administrativo (90,57%). Isso reflete o perfil de gastos historicamente apresentado pela instituição, concentrado em pagamento de servidores e benefícios.

Vale ressaltar que a Ação Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS, que mereceu bastante atenção durante a tramitação do PLOA/2009, prevê uma dotação que corresponde a 45,3% do valor encaminhado na proposta para o orçamento corrente e de apenas 12,5% do montante autorizado.

2.1.3 – FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - FRGPs

No que tange às despesas com recursos sob responsabilidade de Fundo do Regime Geral de Previdência Social, há uma elevação de 6,43% em comparação com as dotações autorizadas no exercício corrente para os gastos com benefícios previdenciários. Esses dispêndios atingem a cifra de R\$ 236,1 milhões, que somada aos pagamentos com sentenças judiciais chegam a um total de R\$ 243,2 milhões. Essas despesas superam as receitas do Fundo, que está estimada na proposta orçamentária em R\$ 200,3. Em consequência, a necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social é da ordem de R\$ 43,0 milhões. Esse valor é bem próximo ao que constava na proposta orçamentária para 2009.

Cabe dizer que não foram considerados os recursos provenientes de multas, juros e valores inscritos em dívida ativa referentes à contribuição previdenciária. Se essas cifras forem levadas em conta, a necessidade de financiamento reduz cerca de R\$ 4,4 bilhões.

2.1.4 – EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DATAPREV

O orçamento de investimento da Empresa Brasileira de Tecnologia da Informação – DATAPREV prevê um dispêndio de R\$ 80 milhões para o exercício de 2009, o que importará em um acréscimo de 33,3% em relação ao autorizado para 2009.

2.2 –MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

O Órgão orçamentário Ministério do Trabalho e Emprego – MTE abrange as Unidades Orçamentárias 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego, 38201 – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho e 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

A tabela seguinte compara valores dos exercícios 2008 e 2009 com o PLOA 2010 de cada unidade orçamentária do órgão Ministério do Trabalho e Emprego:

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 2008 A 2010

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária	Executado 2008	Autorizado 2009	PL2010	% PL2010 / Autoriz. 2009	% PL2010 / Executado 2008
38101 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	4.368.353.791	4.525.997.799	4.857.353.545	7,32%	11,19%
38201 - FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	61.502.326	59.284.020	70.491.309	18,90%	14,62%
38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	30.930.309.064	38.877.979.512	41.496.537.656	6,74%	34,16%
TOTAL	35.360.165.181	43.463.261.331	46.424.382.510	6,81%	31,29%

Fonte: SIAFI/Prodasen e Proposta Orçamentária para 2010/Siga Brasil

Obs: 1) Dados atualizados em 10/09/2009.

2) O valor executado de 2008 corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados.

Verifica-se que é no FAT que se concentra boa parte do acréscimo de dotações, relativamente aos anos anteriores, em valores absolutos. No entanto, em termos relativos, é a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho que apresenta maior aumento de dotação, quando se compara o PLOA 2010 com o autorizado para 2009. Tal incremento, conforme se observará posteriormente, deriva de substancial alteração na dotação destinada a Pessoal e Encargos Sociais.

Em seguida, passa-se à análise individual da Proposta Orçamentária de cada uma das Unidades Orçamentárias.

2.2.1 –MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO ADMINISTRAÇÃO DIRETA – MTE

O Quadro seguinte mostra a evolução das dotações dos Programas mais representativos da Unidade Orçamentária:

38101 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR PROGRAMA 2008 A 2010

Programa	Executado 2008	Autorizado 2009	PL 2010	% PL2010 / Autoriz. 2009	Valores em R\$ 1,00 % PL2010 / Execut.2008
0068 - ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL	1.144.669	3.672.000	1.599.000	-56,45	39,69
0102 - REDE DE PROTECAO AO TRABALHO	14.904.758	25.405.000	19.801.000	-22,06	32,85
0107 - ERRADICACAO DO TRABALHO ESCRAVO	4.482.555	5.863.500	5.560.000	-5,18	24,04
0909 - OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.284.584.962	2.253.068.976	2.253.316.980	0,01	-1,37
1133 - ECONOMIA SOLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO	21.399.584	34.684.560	30.230.000	-12,84	41,26
1184 - SEGURANCA E SAUDE NO TRABALHO	2.731.009	4.208.000	3.500.000	-16,83	28,16
0471 - CIENCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSAO SOCIAL	100.000.000	100.000	100.000	0,00	-99,90
8007 - RESIDUOS SOLIDOS URBANOS	350.000	8.500.000	8.118.000	-4,49	2.219,43
8034 - NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJOVEM	184.055.147	474.029.299	450.088.845	-5,05	144,54
OUTROS PROGRAMAS	1.754.701.107	1.716.466.464	2.085.039.720	21,47	18,83
TOTAL	4.368.353.791	4.525.997.799	4.857.353.545	7,32	11,19

Fonte: SIAFI / PRODASEN E Ploa 2010/SigaBrasil

Obs: 1) Dados atualizados em 09/09/2009;

2) O valor executado de 2008 corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas;

3) Em "Outros Programas", destacam-se as alocações para a Previdência de Inativos e Pensionistas da União; Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda; Apoio Administrativo; e Democratização das Relações de Trabalho.

Em termos absolutos, o maior valor é alocado ao Programa Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. Referida dotação envolve a arrecadação destinada ao Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001).

A variação global das dotações da Unidade Orçamentária para 2010, em relação ao autorizado para 2009, é de 7,32%, enquanto comparativamente à execução de 2007, o acréscimo tenha sido da ordem de 11,2%. Ao se comparar a dotação consignada no PLOA 2010 aos principais programas, com o valor constante do orçamento de 2009, observa-se redução em praticamente todas as rubricas.

Um Programa importante, que tem merecido a atenção dos parlamentares quanto ao emendamento da Proposta Orçamentária, é o 1133 -

Economia Solidária em Desenvolvimento. A Proposta para 2009 apresenta dotação 12,8% inferior à autorizada para 2009, sendo, no entanto, 41,26% superior ao executado em 2008, em termos nominais.

2.2.2 – FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – FUNDACENTRO

A FUNDACENTRO é uma entidade pública que tem por finalidade a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene e medicina do trabalho. Possui hoje unidades descentralizadas em 11 Estados e no Distrito Federal.

A Proposta para 2010 prevê um acréscimo de aproximadamente 18,9% nas dotações da Fundação, em relação ao autorizado para 2009, e de 14,68% em relação ao executado em 2008. No que concerne à distribuição por Grupo de Natureza de Despesa, observa-se a seguinte evolução:

FUNDACENTRO EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR GND 2008 A 2010

GND	Executado 2008	Autorizado 2009	PL 2010	Valores em R\$ 1.00	
				% PL 2010 / Autoriz 2009	% PL 2010 / Execut 2008
1-Pessoal e Encargos Sociais	42.333.322	40.163.510	50.452.874	25,62	19,18
3-Outras Despesas Correntes	18.005.012	17.990.510	18.768.435	4,32	4,24
4-INV	1.163.992	1.130.000	1.270.000	12,39	9,11
Total	61.502.326	59.284.020	70.491.309	18,90	14,62

Fonte: SIAFI / PRODASEN E ploa 2010/SigaBrasil

Obs: 1) Dados atualizados em 09/09/2009;

2) O valor executado de 2008 corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas;

Verifica-se, na proposta para 2010, um forte incremento nas dotações do Grupo de Despesa Pessoal e Encargos Sociais (25,62 % se cotejado com o autorizado para 2009 e 19,18% relativamente ao executado em 2008).

2.2.3 – FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT

Ao se analisar a evolução das dotações sob a ótica do indicador de resultado primário – RP, constata-se que o acréscimo, em relação a 2009, localiza-se nos gastos de natureza primária obrigatória – RP 1. O Quadro abaixo apresenta esses dados:

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR RP 2008 A 2010

Identificador Primário	Executado 2008	Autorizado 2009	PL 2010	% PL 2010 / Autoriz. 2009	Valores em R\$ 1,00
					% PL 2010 / Exec. 2008
0 - DESPESA FINANCEIRA	9.514.622,864	12.337.576,183	12.000.303,683	-2,73	26,12
1 - DESPESA PRIMÁRIA OBRIGATÓRIA	20.693.823,622	25.618.584,265	28.802.497,443	12,43	39,18
2 - DESPESA PRIMÁRIA DISCRICIONÁRIA	721.962,579	921.819,064	693.772,530	-24,74	-3,90
Total	30.930.409,065	38.877.979,512	41.496.573,656	6,74	34,16

Fonte: SIAFI / PRODASEN E ploa 2010/SigaBrasil

Obs: 1) Dados atualizados em 09/09/2009;

2) O valor executado de 2008 corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas;

As programações relativas a despesas financeiras do FAT envolvem ações orçamentárias que evidenciam comportamentos semelhantes ao se analisar sua evolução. A ação de Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a cargo do BNDES possui dotação de R\$ 12.000,3 milhões no PL 2010², superior em cerca de 10,93% ao autorizado para 2009. Esses dados refletem diretamente a trajetória crescente da arrecadação da contribuição do PIS/PASEP – Fonte 140, cuja parcela de 40% é destinada ao BNDES, a teor do art. 239, §1º, da Constituição Federal.

Vale destacar que o Programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda aumentou suas dotações de R\$ 25,17 bilhões, autorizados para 2009, para 28,18 bilhões previstos para 2010. Nesse Programa, incluem-se os pagamentos do seguro-desemprego e do abono salarial, que têm crescido a cada exercício.

Com efeito, a ação 0583 – Pagamento do Seguro-Desemprego teve sua dotação aumentada de R\$ 17 bilhões (autorizada para 2009) para R\$ 19,3 bilhões, prevista para 2010. Ou seja, em 2010, prevê-se gastar cerca de 13,34% a mais que estimado para 2009.

Dentre os fatores que têm concorrido para o crescimento desses dispêndios, destacam-se o aumento da formalização do mercado de trabalho e os aumentos reais do valor do salário-mínimo. O comportamento da série histórica do seguro-desemprego tem estimulado, inclusive, discussões sobre mudanças em seus critérios de concessão e implementação.

Com o benefício do abono salarial ocorre algo semelhante. A dotação para 2010, R\$ 8,45 bilhões, é superior em cerca de 10,5% ao autorizado para 2009, e em 41,52% ao executado em 2008.

A tabela seguinte sintetiza a evolução das principais ações orçamentárias afetas aos benefícios do seguro-desemprego e abono salarial:

² O valor corresponde a 29% do total das dotações do FAT no PL 2010.

FAT
EVOLUÇÃO DOS GASTOS – SEGURO DESEMPREGO E ABONO SALARIAL 2008 A 2010

Ação	Executado 2008	Autorizado 2009	PL 2010	% PL 2010 / Autoriz. 2009	% PL 2010 / Execut. 2008	Valores em R\$ 1,00
0581 - PAGAMENTO DO BENEFICIO ABONO SALARIAL	5.975.342,257	7.653.542,040	8.456.522,302	10,49	41,52	
0583 - PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO	14.152.621,734	17.045.376,850	19.318.637,629	13,34	36,50	
0585 - PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL	540.372,148	836.312,265	928.063,355	10,97	71,75	
0686 - PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDICAO ANALOGA A DE ESCRAVO	6.153.605	5.500.950	6.104.658	10,97	-0,80	

Fonte: SIAFI / PRODASEN E ploa 2010/SigaBrasil

Obs: 1) Dados atualizados em 09/09/2009;

2) O valor executado de 2008 corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas;

Digno de menção, ademais, o comportamento das dotações para o Programa de Qualificação Social e Profissional, gastos de natureza discricionária – RP 2. Não obstante tenha havido um incremento importante nas dotações entre 2007 e 2009, passando de R\$ 86,2 milhões executados em 2007 para R\$ 311,6 milhões autorizados para 2009, o PL 2010 contempla apenas R\$ 162,2 milhões para o Programa, representando uma redução de quase 50% relativamente a 2009.

2.3 –MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

As dotações da Função 08 – Assistência Social - concentram-se no órgão 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que é composto por duas unidades orçamentárias: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-Administração Direta (55101) e Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS (55901).

Em comparação com a proposta orçamentária para 2009, as dotações do órgão MDS apresentaram incremento de cerca de R\$ 5,6 bilhões (acréscimo de 16,9%, em termos nominais). Esse crescimento pode ser explicado, especialmente, pelo aumento das programações associadas a:

- Benefício de Prestação Continuada - BPC³, no âmbito do FNAS, destinado a idosos e pessoas com deficiência, que apresentou um aumento de cerca de R\$ 3,5 bilhões, em relação ao PLOA 2009;

- pagamento de sentenças judiciais, no âmbito do FNAS, que até então não eram alocadas no referido Fundo, no valor de R\$ 283 milhões;

- transferência de renda do Bolsa-Família, no âmbito do MDS-Adm. Direta, que superou em cerca de R\$ 1,7 bilhão a dotação do PLOA 2009.

³ O Benefício de Prestação Continuada, no valor de 1 salário mínimo, é pago à pessoa idosa a partir de 65 anos e à pessoa com deficiência com renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 2007 a 2010

Valores Nominais
R\$ em milhões

Unidade Orçamentária	Executado 2007	Executado 2008	PL 2009	Autorizado 2009 (04.09.2009)	PL 2010	Variação			
						PL 2010-PL 2009		PL 2010-Autorizado 2009	
						%	R\$	%	R\$
55.101-MDS (Adm. Direta)	9.962,63	11.919,48	13.130,91	13.011,34	14.893,29	13,4%	1.762,38	14,5%	1.881,95
55.901-FNAS	14.750,90	16.925,75	19.991,88	19.950,76	23.827,96	19,2%	3.836,08	19,4%	3.877,20
TOTAL	24.713,53	28.845,24	33.122,79	32.962,10	38.721,25	16,9%	5.598,46	17,5%	5.759,15

PL: Projeto de Lei

Fonte: SIAFI / PRODASEN E PIOA 2010/SigaBrasil

O valor executado corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas;

Detalharemos adiante as variações ocorridas no âmbito das duas unidades orçamentárias.

**2.3.1 –MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
ADMINISTRAÇÃO DIRETA – MDS**

No que concerne às despesas MDS, observa-se a situação ilustrada no quadro seguinte:

**UO - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR PROGRAMAS 2007 a 2010**

Valores Nominais
R\$ em milhões

Programa	Executado 2007	Executado 2008	PL 2009	Autorizado 2009	PL 2010	Variação			
						PL 2010-PL 2009		PL 2010-Autorizado 2009	
						%	R\$	%	R\$
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	89,83	98,80	122,51	117,02	132,82	8,4%	10,31	13,5%	15,80
1006 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	45,23	45,27	78,09	55,48	74,96	-4,0%	-3,13	35,1%	19,48
1049 ACESSO A ALIMENTACAO	619,22	683,61	880,14	833,73	940,14	6,8%	60,00	12,8%	106,42
1133 ECONOMIA SOLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO	0,00	15,31	32,00	47,17	51,50	60,9%	19,50	9,2%	4,33
1335 TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES	9.207,82	11.062,54	12.005,31	11.947,02	13.681,03	14,0%	1.675,72	14,5%	1.734,01
8034 NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJOVEM		13,82	12,71	10,78	12,71	0,0%	0,00	17,8%	1,92
OUTROS	0,53	0,13	0,15	0,15	0,13	-8,3%	-0,01	-8,3%	-0,01
TOTAL	9.962,63	11.919,48	13.130,91	13.011,34	14.893,29	13,4%	1.762,38	14,5%	1.881,95

PL=Projeto de Lei

Fonte: SIAFI / PRODASEN E PIOA 2010/SigaBrasil

O valor executado corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas;

Em termos absolutos, boa parte da variação ocorrida deve-se ao aumento do dispêndio com o Bolsa-Família, alocado no Programa Transferência de Renda com Condicionalidades, cuja variação foi de R\$ 1,6 bilhão em relação

ao PL 2009 e de R\$ 1,7 bilhão em relação ao autorizado 2009. A previsão de aumento do gasto está relacionada à elevação da renda familiar per capita para acesso ao benefício, que passou de R\$ 120,00 para R\$ 140,00⁴. A elevação trouxe como implicação um maior quantitativo de famílias a serem atendidas. A meta proposta para 2010 é de 12,7 milhões de famílias atendidas o que representa um acréscimo de 1,6 milhão de famílias (14%) em relação à meta inicialmente estimada para 2009, de 11,1 milhão de famílias. Em julho de 2009 foram atendidas 11,5 milhões de famílias

As demais variações em relação ao PL 2009 ocorrem nos programas *Apoio Administrativo* (R\$ 10,31 milhões), *Economia Solidária em Desenvolvimento* (R\$ 19,5 milhões) e *Acesso à Alimentação* (R\$ 60 milhões). Em termos absolutos, a variação mais significativa em relação ao PL 2009 ocorreu no programa *Acesso à Alimentação* e deve-se basicamente ao aumento, dos gastos com *Construção de Cisternas para Armazenamento de Água*.

2.3.2 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No âmbito do BPC, estima-se atender cerca de 3,4 milhões de idosos e pessoas com deficiência, ante a meta física de 3 milhões de beneficiados constante na Proposta para 2009. O gasto total estimado com o BPC para 2010 é de R\$ 20 bi (item 1), frente aos de R\$ 16,6 bi estimados para 2009. A variação deve-se ao aumento do salário-mínimo, de 8,80%, passando de R\$ 465,00 para R\$ 505,9, e ao aumento no quantitativo de pessoas atendidas.

Em relação às despesas discricionárias, ocorreu elevação de 21,9% em relação ao PL 2009, o que corresponde a R\$ 316 milhões. Tal aumento deve-se preponderantemente à alocação no âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social de despesas com o pagamento de sentenças judiciais, que estão estimadas em 283 milhões. Os demais acréscimos estão relacionados em sua maior parte ao aumento das despesas com os serviços de proteção social básica e especial (71 milhões).

No âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, a dotação do PLOA 2010 é inferior à do PLOA 2009 em 40,8 milhões (11,8%). O PETI abrange, essencialmente, as ações sócio-educativas e de convivência, comumente chamadas de jornada ampliada (dotação de cerca de R\$ 276 milhões no PLOA 2010) e de concessão de bolsa para crianças e adolescentes em situação de trabalho (dotação de R\$ 30 milhões no PLOA 2010)⁵. No que atinge às metas físicas, o PLOA 2010 prevê o atendimento de 870 mil crianças e

⁴ Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009.

⁵ A partir da integração dos programas Bolsa-Família e PETI, regulada pela Portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005, recebem bolsa do PETI aquelas famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho que não se enquadram nos critérios de inclusão no Bolsa-Família.

adolescentes nas ações sócio-educativas e de convivência, inferior à meta física da Proposta Orçamentária de 200, que foi de 1 milhão.

As ações de Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Básica e Especial apresentaram redução de R\$ 1,33 milhão em relação ao PL do ano anterior, o que corresponde a -13,3% de decréscimo. São essas ações que sofrem maior emendamento e contemplam custeio e investimento em asilos, abrigos, albergues, centros de convivência, entidades de atendimento a pessoas com deficiência etc.

No quadro seguinte, apresenta-se uma visão geral da variação dos principais itens de despesa do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, abrangendo gastos de cunho obrigatório e discricionário:

UO - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2007 a 2010

Valores Nominais
R\$ em milhões

Discriminação	Executado 2007	Executado 2008	PL 2009	Autorizado 2009	PL 2010	Variação			
						PL 2010-PL 2009		PL 2010- Autorizado 2009	
						%	R\$	%	R\$
1. Despesas Obrigatórias	13.468,29	15.640,52	18.548,47	18.548,47	22.068,16	19,0%	3.519,69	19,0%	3.519,69
1.1. Renda Mensal Vitalícia	1.901,78	1.892,72	1.874,51	1.874,51	1.830,07	-2,4%	-44,45	-2,4%	-44,45
1.2. Benefício de Prestação Continuada	11.566,51	13.747,80	16.673,95	16.673,95	20.238,10	21,4%	3.564,14	21,4%	3.564,14
2. Despesas Discricionárias	1.282,61	1.285,23	1.443,42	1.402,29	1.759,80	21,9%	316,38	25,5%	357,51
2.1 Erradicação do Trabalho Infantil	272,25	241,56	346,83	280,02	306,00	-11,8%	-40,83	9,3%	25,98
2.1.1. Ações Socieducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	215,76	205,59	306,83	242,01	276,00	-10,0%	-30,83	14,0%	33,99
2.1.2. Concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	56,48	35,98	40,00	38,01	30,00	-25,0%	-10,00	-21,1%	-8,01
2.2. Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e Suas Famílias	62,83	54,26	58,93	58,18	62,08	5,3%	3,15	6,7%	3,89
2.3. Serviços de Proteção Social Básica às Famílias	587,00	514,01	477,25	422,55	510,57	7,0%	33,31	20,8%	88,01
2.4. Serviços de Proteção Social Especial	125,09	125,76	136,47	135,94	174,15	27,6%	37,68	28,1%	38,21
2.5. Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	56,68	55,20	3,00	68,73	3,00	0,0%	0,00	-95,6%	-65,73
2.6. Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	33,55	62,55	7,00	68,80	5,68	-18,9%	-1,33	-91,8%	-63,12
2.7. Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas	0,00	9,24	24,33	24,33	24,33	0,0%	0,00	0,0%	0,00
2.8. Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos	0,00	135,88	356,50	312,53	356,50	0,0%	0,00	14,1%	43,97
2.9. Cumprimento de Sentença Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	283,07		283,07		283,07
2.10 Outras	145,21	86,77	33,10	31,20	34,43	4,0%	1,33	10,3%	3,22
TOTAL	14.750,90	16.925,75	19.991,88	19.950,76	23.827,96	19,2%	3.836,08	19,4%	3.877,20

PL=Projeto de Lei

Fonte: SIAFI / PRODASEN E PIOA 2010/SigaBrasil

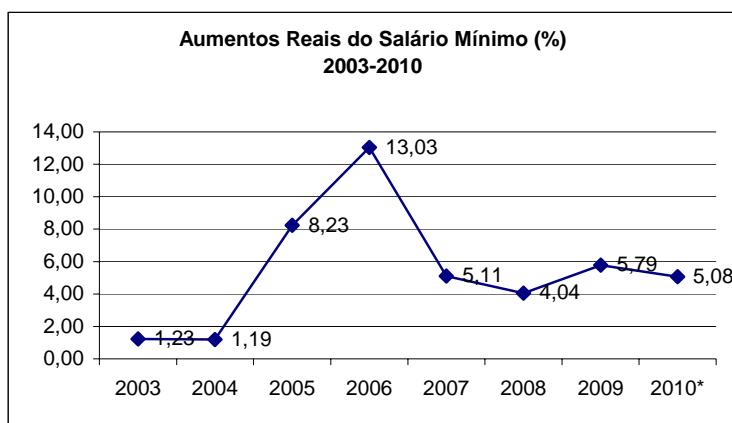
O valor executado corresponde à somatória dos gastos efetivamente liquidados no exercício e das despesas inscritas em restos a pagar não-processadas;

3 – SALÁRIO MÍNIMO

O inciso I do artigo 51 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 – LDO/2010 – determina que o aumento real do salário-mínimo para 2010 deve corresponder à taxa de variação real do PIB de 2008 ou ser realizado segundo outra sistemática estabelecida em legislação superveniente. Dada a inexistência de legislação superveniente, prevalece então a regra estabelecida na LDO para 2010.

Segundo a Mensagem Presidencial, o projeto de lei orçamentária para 2010 prevê um reajuste do salário mínimo dos atuais R\$ 465,00 para R\$ 505,90. O acréscimo previsto é de 8,80%, sendo 3,54% correspondente ao INPC e 5,08% correspondente ao aumento real. O reajuste em termos reais se adequa ao estabelecido na LDO para 2010, tendo em vista que crescimento real do PIB de 2008 foi de igual magnitude.

Os aumentos em termos reais no período de 2003 a 2010 foram em média de 5,46%, fortemente influenciado pelos reajustes significativos ocorridos em 2005 e 2006, de 8,23% e 13,03%. A tabela abaixo apresenta a evolução do aumento real do salário mínimo no período.



O reajuste valerá a partir de janeiro de 2010. Alcança-se assim o objetivo previsto no projeto de Lei nº 01/20076, de antecipar os reajustes do salário mínimo em um mês a cada ano, de modo a que todos os reajustes passem a vigorar sempre no mês de janeiro.

Segundo informações do Ministério do Planejamento, cada R\$ 1,00 de aumento do salário mínimo eleva em R\$ 196,4 milhões as despesas orçamentárias impactadas por esse aumento. Logo estima-se que o dispêndio para 2010 alcance a cifra de R\$ 8 bilhões. As despesas impactadas pelo aumento do salário mínimo são: abono e seguro desemprego, benefícios

⁶ O Projeto de Lei nº 01/2007 Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.

previdenciários e benefícios assistenciais (benefício de prestação continuada previsto na Lei Orgânica de Assistência Social e renda mensal vitalícia). As despesas afetadas pelo aumento do Salário Mínimo estão orçadas em R\$ 287,0 bilhões para o ano de 2010, conforme demonstrativo a seguir:

UO	Unidade Orçamentária	Cód.	Ação	R\$ milhões	PLOA 2010
33904	FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0010	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - ÁREA RURAL	34.657	
		001P	PAGAMENTO DE AUXILIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO, AUXILIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO E AUXÍLIO-RECLUSÃO - ÁREA RURAL	1.116	
		001Q	PAGAMENTO DE PENSOES - ÁREA RURAL	12.525	
		001R	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - ÁREA RURAL	710	
		0117	PAGAMENTO DE SALÁRIO-FAMÍLIA	50	
		0132	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - ÁREA URBANA	110.175	
		0133	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS	8.023	
		0134	PAGAMENTO DE PENSOES - ÁREA URBANA	44.319	
		0136	PAGAMENTO DE AUXILIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO, AUXILIO DOENÇA ACIDENTÁRIO E AUXÍLIO RECLUSÃO - ÁREA URBANA	24.165	
		0137	PAGAMENTO DE ABONO DE PERMANÊNCIA EM SERVIÇO	9	
		0141	PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - ÁREA URBANA	341	
38901	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	0217	BOLSA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO	71	
		0581	PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ABONO SALARIAL	8.457	
		0583	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO	19.319	
		0585	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL	928	
		0653	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR DOMÉSTICO	22	
		0686	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO	6	
55901	FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0561	RENDA MENSAL VITALÍCIA POR IDADE	496	
		0565	RENDA MENSAL VITALÍCIA POR INVALIDEZ	1.334	
		0573	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL À PESSOA IDOSA	9.841	
		0575	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	10.397	
					286.959

Fonte: PL nº 46/2009 (PLOA/2010).

4 – EMENDAS

Nos últimos três exercícios, a relatoria da atual Área Temática X analisou e emitiu parecer sobre o seguinte quantitativo de emendas, segregadas por modalidade, alocando às emendas os seguintes valores:

MODALIDADE DE EMENDA	2007		2008		2009	
	Nº EMENDAS	APROVADO (R\$ milhões)	Nº EMENDAS	APROVADO (R\$ milhões)	Nº EMENDAS	APROVADO (R\$ milhões)
COLETIVA	19	135,6	11	51,7	18	108,9
BANCADA	11	88,0	4	30,4	10	88,0
COMISSÃO	8	47,6	7	21,3	8	20,9
INDIVIDUAL	521	139,8	570	118,4	567	223,0
TOTAL	540	275,4	581	170,1	585	331,9

Para atender as emendas apresentadas, a relatoria setorial pode utilizar recursos provenientes de cancelamentos em programações do próprio setor (cortes em investimentos e inversões financeiras) e, principalmente, recursos transferidos da relatoria geral, oriundos, no mais das vezes, da reserva

de contingência e de reestimativas de receita. Nos três exercícios anteriores, observa-se que houve utilização apenas de recursos provenientes da relatoria geral como fonte no custeio das emendas:

ORIGEM DOS RECURSOS	2007		2008		2009	
	R\$ milhões	Participação (%)	R\$ milhões	Participação (%)	R\$ milhões	Participação (%)
CANCELAMENTOS NO SETOR	0*	0,0	0*	0,0	0,0	0,0
RELATORIA GERAL	275,4	100,0	170,1	100,0	331,9	100,0
TOTAL	275,4	100,0	170,1	100,0	331,9	100,0

(*) Em 2007, o corte das dotações de investimentos determinado pelo Parecer Preliminar foi integralmente recomposto pela Relatoria Setorial, de forma que esses recursos não foram utilizados para atendimento das emendas.

Por força de disposições que têm se reproduzido no parecer preliminar, o montante repassado pela relatoria geral aos setoriais para atendimento das emendas coletivas tem por parâmetro a participação de cada área temática no número total de emendas coletivas apresentadas ao PLOA. A representatividade da área temática no número total de emendas coletivas assume, assim, grande importância no repasse de recursos pela relatoria geral.

No que se refere à distribuição das emendas pelos órgãos do setor, verifica-se que, historicamente, as emendas concentram-se no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mais especificamente no Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS. No processo orçamentário para 2009, do total de 585 emendas, 357 (61%) destinavam recursos ao referido Fundo. No FNAS, a demanda parlamentar concentra-se nas ações voltadas à estruturação da rede de serviços da proteção social básica especial. Trata-se de ações voltadas às comunidades fragilizadas pela pobreza, ao atendimento e proteção de crianças e adolescentes, bem assim de idosos e deficientes físicos.

4.1 Execução de Emendas:

O quadro seguinte apresenta a execução orçamentária das emendas parlamentares apresentadas ao PLOA 2008, excluindo-se as programações com localizador *Nacional*. Como se percebe dos R\$ 401,5 milhões alocados no orçamento tendo como origem emendas parlamentares, R\$ 148,51 foram liquidados (37,3%) e R\$ 5,44 foram pagos (1,4%).

ÁREA TEMÁTICA X - TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE EMENDAS 2008

Valores Nominais
R\$ em milhões

Órgão	Saldo das Emendas	Dot.Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado Autorizado	% Pago/ Autorizado
Ministério da Previdência Social	2,42	2,42	0,12	0,01	0,01	0,00	4,2%	0,0%
Ministério do Trabalho e Emprego	207,55	207,55	206,57	24,68	24,68	0,93	11,9%	0,5%
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	191,57	191,57	190,97	123,82	123,82	4,51	64,8%	2,4%
Total	401,55	401,55	397,66	148,51	148,51	5,44	37,3%	1,4%

* Exclusive programações com localizador *Nacional*

Fonte: SIAFI/PRODASEN

Os anexo I, II, e III apresentam a execução orçamentária das emendas parlamentares por órgão orçamentário e por ação.

André Miranda Burello
Consultor de Orçamentos do Senado Federal

Elisangela Moreira da Silva Batista
Consultora de Orçamento da Câmara dos Deputados

Túlio Cambraia
Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados

ANEXO I
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE EMENDAS
33000-MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Valores Nominais
 Valores em milhões

Ação*	Título*	Saldo das Emendas	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado /Autorizado	% Pago/ Autorizado
2578	Serviço de Perícia Médica	0,12	0,12	0,12	0,01	0,01	-	4,2%	0,0%
5509	Reformulação das Unidades de Atendimento da previdência Social	2,30	2,30	-		--			
TOTAL		2,42	2,42	0,12	0,01	0,01	-	4,2%	0,0%

* Exclusive programações com localizador *Nacional*

Fonte: SIAFI/PRODASEN

ANEXO II
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE EMENDAS
38000-MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Valores Nominais
 Valores em milhões

AÇÃO*	TÍTULO*	Saldo das Emendas	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado/Autorizado	% Pago/Autorizado
2A85	Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária	0,75	0,75	0,75	0,25	0,25	0,00	33,1%	0,0%
2A95	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - Projovem Urbano e Campo	26,64	26,64	26,64	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
4725	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs)	147,21	147,21	147,21	17,04	17,04	0,00	11,6%	0,0%
4728	Qualificação Social e Profissional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e Economia Solidária em base territorial (PLANTEQS)	18,69	18,69	18,69	2,00	2,00	0,00	10,7%	0,0%
4737	Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária	4,01	4,01	4,01	1,00	1,00	0,00	24,9%	0,0%
4739	Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários	0,25	0,25	0,25	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
4789	Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo	0,30	0,30	0,30	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
4815	Funcionamento das Unidades Regionais	5,28	5,28	4,30	4,30	4,30	0,93	100,0%	21,7%
4850	Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,00	100,0%	0,0%
8078	Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário	1,25	1,25	1,25	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
8138	Implantação de Centros Públicos de Economia Solidária	2,48	2,48	2,48	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
8274	Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos	0,60	0,60	0,60	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Total		207,55	207,55	206,57	24,68	24,68	0,93	11,9%	0,5%

* Exclusive programações com localizador *Nacional*

Fonte: SIAFI/PRODASEN

ANEXO III
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE EMENDAS
55000-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Valores Nominais
 Valores em milhões

Ação*	Título*	Saldo das Emendas	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado /Autorizado	% Pago/ Autorizado
11V1	Construção de Cisternas para Armazenamento de Água	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75	0,00	100,0%	0,0%
2784	Educação Alimentar e Nutricional	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	99,3%	99,3%
2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	79,28	79,28	76,48	52,33	52,33	1,66	68,4%	2,2%
2B31	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial	92,08	92,08	94,88	56,98	56,98	1,66	60,1%	1,7%
4963	Promoção da Inclusão Produtiva	11,36	11,36	11,36	10,36	10,36	0,00	91,2%	0,0%
8457	Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais	0,50	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00		
8458	Apoio à Agricultura Urbana, Periurbana e Sistemas Coletivos de Produção para o Autoconsumo	0,75	0,75	0,75	0,65	0,65	0,65	86,7%	86,7%
8894	Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias	3,46	3,46	3,46	0,55	0,55	0,45	16,0%	13,1%
8929	Apoio à Instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares	2,20	2,20	2,10	1,90	1,90	0,00	90,5%	0,0%
8930	Apoio à Implantação de Bancos de Alimentos e Mercados Públicos	1,10	1,10	1,10	0,20	0,20	0,00	18,2%	0,0%
TOTAL		191,57	191,57	190,97	123,82	123,82	4,51	64,8%	2,4%

* Exclusive programações com localizador *Nacional*

Fonte: SIAFI/PRODASEN